

HOMENS E COISAS NA CIDADE DO RECIFE: UMA INTERPRETAÇÃO DA MODERNIZAÇÃO GOVERNAMENTAL*

Prof^a. Dra. Virgínia Pontual*

Discutir as gestões governamentais em sua instância municipal quer dizer fazer uma narrativa sobre os atos, procedimentos e instrumentos utilizados pelos governantes na administração da cidade. Governar a cidade, ou os homens e as coisas não seria gesto independente. Segundo Foucault (1993, p. 283), um governo deve-se encarregar dos homens, mas dos homens em suas relações com as coisas, dos governados em sua relação com a cidade, seja na relação de apropriação, fruição e uso e na relação de criação, adaptação e transformação. Quando Foucault enfatiza como incumbência do governante a relação dos homens com as coisas é porque se situam precisamente nessa ligação os conflitos entre os homens em torno de interesses e de necessidades.

Os atos de governo dispendo, ajustando, disciplinando as relações dos homens com as coisas materializam-se para Foucault em táticas (1993, p. 284). O entendimento do que são táticas já tinha sido discutido por ele em *Vigiar e Punir*, divulgado em 1975, como "*ordenamento espacial dos homens... permitindo a colocação em ordem de uma multiplicidade dada... e condição primeira para o controle*" (1993a, p. 136); em *Microfísica do Poder*, esse entendimento foi ampliado e inserido no campo da problemática geral de governo, não de qualquer de suas modalidades mas em sua forma política (Foucault, 1993, p. 278). Os atos de governo consistem na

* Este ensaio é parte da tese de doutorado intitulada "O Saber Urbanístico no Governo da Cidade: uma narrativa do Recife das décadas de 1930 a 1950", defendida na FAU/USP em 1998.

* Professora do Mestrado em Desenvolvimento Urbano (MDU) e do Centro de Conservação Urbana Integrada e Territorial (CECI) da UFPE.

"intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas" (Foucault, 1993, p. 284). No âmbito do governo da cidade, entende-se *"táticas"* como os atos de dispor as coisas, os procedimentos e os instrumentos de comando e direção utilizados na ordenação espacial dos homens, um modo de ordenar lugares, mediar conflitos e concretizar idéias. Como as táticas compreendem os múltiplos relacionamentos dos homens com as coisas, assumem elas propriedades diversas, estando proposto o agrupamento das mesmas segundo três características: as normativas, as executivas e as de legitimação. As táticas normativas dizem respeito às normas, regras ou preceitos que tratam diretamente das disposições dos elementos urbanísticos e arquitetônicos, ou melhor, do ambiente construído, consubstanciadas em leis, decretos, códigos e planos urbanísticos. As táticas executivas referem-se às obras e construções realizadas pelos governos da cidade e as de legitimação reportam-se às articulações, mobilizações e combinações das organizações governamentais e não governamentais, das representações políticas, sociais, econômicas e culturais; enfim, das forças sociais em torno de questões da cidade, de modo a propor, referendar ou rejeitar decisões relativas ao governo da cidade.

Novas táticas surgem à medida que a motivação e o desejo dos detentores do poder em renovar a dominação na cidade incitam a alteração de atos dos governantes. Isto é, o entendimento de modernização está subjacente à articulação saber-poder, portanto, aos dispositivos da sociedade disciplinar cuja materialidade mais expressiva é o Panóptico de Bentham. Segundo Deleuze, esse dispositivo *"age como causa imanente não unificadora....cujo efeito a atualiza, integra e diferencia"* (Deleuze, 1988, pp. 46 e 48). Nesta perspectiva, a noção de modernização¹, quando aplicada às táticas governamentais, significa a atualização e diferenciação dos atos de dispor as coisas, dos procedimentos e dos instrumentos de comando e direção utilizados na ordenação espacial dos homens, um modo atualizado e diferenciado de ordenar lugares, mediar conflitos e concretizar idéias.

Esses pressupostos embasam a escrita da narrativa das

1 Discutem sobre as noções de modernização, entre outros: Arendt (1992); Berman (1994); Foucault (1987, 1987a, 1993); Habermas (1990); Harvey (1993); Marx (1979); Rezende (1997) e Rouanet (1987).

gestões municipais do Recife, não de todos os seus governos, mas de duas experiências modernizadoras relativas aos de Novaes Filho (1937-1945) e de Pelópidas Silveira (1955-1959), com a pretensão de tornar visíveis as diferentes táticas embora estejam expostas mais detalhadamente as de legitimação. O foco nas táticas de legitimação destina-se a mostrar aqueles atos governamentais que predominantemente dizem respeito ao modo de articular, mobilizar e combinar os interesses e necessidades dos homens na cidade.

1. As táticas governamentais de Novaes Filho

O governo de Novaes Filho iniciou-se a 3 de dezembro de 1937 e terminou a 29 de outubro de 1945, ou seja, ele permaneceu como Prefeito do Recife durante todo o período do Estado Novo. Na primeira entrevista concedida à imprensa, logo após a sua nomeação pelo Interventor Federal Agamenon Magalhães, Novaes Filho propagou como pauta de seu governo o equilíbrio das finanças com a elevação da arrecadação dos impostos municipais; a proibição na aplicação dos recursos públicos; a elaboração do plano de remodelação da cidade; a extirpação dos mocambos; a melhoria do abastecimento de gêneros alimentícios, principalmente da carne verde e do peixe; a organização do tráfego da cidade; a melhoria dos meios de comunicação, particularmente do serviço de ônibus; a execução das obras de drenagem dos canais, de acordo com o projeto de Saturnino de Brito e o incentivo à construção de edificações em altura, notadamente, no bairro de Santo Antônio.

Excluindo-se os atos relativos às finanças municipais e à administração dos recursos públicos, os demais tratavam da relação dos governados com a cidade, na perspectiva da eficiência e do controle. A eficiência da cidade era um desejo dos governantes de então, afirmado nas palavras de Novaes Filho.

Estou de consciência tranquila pela certeza de que venho envidando todos os esforços em prol dos supremos interesses da cidade do Recife. Em menos de dois annos de administração, o governo municipal pode apresentar, sem vaidades e sem exhibicionismo, um esquema de realizações que conforta e tranquiliza. Posso recordal-o, isento de ostentação e vangloria, porque o trabalho que vimos realizando foge, rigorosamente, aos quadros do esforço pessoal: é fruto do regimen de trabalho e acção

administrativa que o Estado Novo, em boa hora, veiu inaugurar para a salvação do paiz.²

O governo municipal de Novaes Filho estava inserido na forma de governo ditatorial; por estar com ela sintonizado, o Prefeito entendia governar a cidade como “*fazer obra de elevado patriotismo*” e “*energia para manter a ordem*”, segundo a hierarquia político-administrativa preceituada no Estado Novo. Por estar sob os auspícios dessa forma de governo, submeteu-se às normas ditadas pelo Interventor Federal e exerceu o comando da cidade sem opositores explícitos, repudiando o jogo político e a manifestação de interesses diversos.

A conjunção das idéias dos urbanistas aos atos do governo proporcionou as condições indispensáveis para a efetivação da ansiada modernização da cidade do Recife. A ansiedade por modernização, sentida pelos governantes e urbanistas provinha da necessidade de modificar nos lugares do centro o tecido colonial, por representar insalubridade e incompatibilidade com o tráfego de veículos motorizados e de controlar a intensa expansão de seu espaço construído, tanto no lugar urbano como no suburbano. A cidade crescia, e tornar positivo esse crescimento constituiu-se na essencial tarefa do governo municipal.

Neste sentido, o governo de Novaes Filho promoveu como táticas normativas a elevação da receita com aperfeiçoamentos introduzidos na aparelhagem fiscal, determinou a padronização do funcionalismo municipal, a exemplo do que fizera o Interventor Federal, e rescindiu o Empréstimo Popular da Cidade do Recife com a casa bancária S.A. Martinelli do Rio de Janeiro, não adotando como mecanismo de captação de recursos financeiros os empréstimos bancários, por ter contado com os repasses do Governo Estadual.

Além desses procedimentos normativos, o governante Novaes Filho submeteu-se aos ditames do modernismo na arquitetura e no urbanismo, seguindo fielmente as idéias contidas no Plano de Reforma do Bairro de Santo Antônio (1938) e no Plano Geral de Expansão da Cidade (1943). Por não ser urbanista, ele reconhecia nos profissionais desse campo disciplinar a competência técnica e a sabedoria na representação do futuro citadino, tendo-se ancorado no saber urbanístico dos engenheiros e arquitetos para efetivar atos de

² *Folha da Manhã* de 31/08/1939 - discurso de Novaes Filho, por ocasião da inauguração do Parque 13 de Maio.

modernização da cidade³. Paralelamente, o governo de Novaes Filho instituiu decretos normalizando duas ordens de conflitos: a primeira, proibindo a construção, reforma ou melhoria dos mocambos e incentivando a construção de casas populares; a segunda, desestimulando reformas e melhorias em casas de um pavimento e incentivando a construção verticalizada nos bairros de Santo Antônio e do Recife.

As táticas executivas efetivadas pelo governo de Novaes Filho foram: abertura de grandes avenidas, pavimentação de ruas, construção de pontes, restituição à cidade reformado o Parque 13 de Maio, construção de praças e ampliação da iluminação pública, conferindo prioridade às obras do centro, embora tenha intervindo também nos subúrbios, além de ter instalado o serviço de estatística municipal, apoiado a cultura local e promovido a assistência social.

A abertura de avenidas e a pavimentação de ruas do governo de Novaes Filho contemplaram predominantemente os bairros centrais da cidade. A realização de maior impacto foi a abertura da Avenida 10 de Novembro, por ter modificado o padrão dominante das ruas coloniais presentes no bairro de Santo Antônio, conferindo a monumentalidade desejada a esse centro político e econômico e introduzindo a verticalização arquitetônica na cidade. Em prosseguimento à remodelação do centro da cidade, foram iniciados os trabalhos para a construção da grande Avenida Dantas Barreto, prevista por Ulhôa Cintra como parte do perímetro de irradiação que articularia os bairros da Boa Vista, Santo Antônio e Recife. Entretanto, essa avenida não foi concluída, apenas algumas desapropriações e demolições foram feitas. Entre as obras de pavimentação de ruas nos subúrbios, foram importantes para a transformação da cidade a Estrada dos Remédios (acesso sudoeste), a Estrada de Belém (acesso norte), a Estrada de Beberibe (acesso noroeste) e a Avenida Caxangá (acesso oeste).

O governo de Novaes Filho, para dar maior mobilidade aos veículos motorizados e eficientizar o funcionamento da cidade, não restringiu suas intervenções às obras de pavimentação; ele valorizou elementos singulares da fisionomia do Recife: as pontes, os pontilhões

3 *Folha da Manhã* dos seguintes dias: de 24/04/1938 - discurso de Novaes Filho, por ocasião da apresentação do Plano de Reforma do Bairro de Santo Antônio; de 31/08/1939 - discurso de Novaes Filho, por ocasião da inauguração do Parque 13 de Maio; de 19/03/1941 - "A nova ponte"; de 23/01/1941 - "Plano da cidade" e de 02/07/1942 - "Desejando acertar" - colunas assinadas por Novaes Filho.

e as margens dos rios. Dentre as intervenções realizadas em pontes, teve maior impacto na cidade e importância técnica no governo de Novaes Filho a construção da Ponte Duarte Coelho ligando os bairros de Santo Antônio e Boa Vista.

A valorização do elemento verde e a dotação de ambientes públicos destinados ao lazer foram um desejo perseguido com afinco e uma meta alcançada pelo governo de Novaes Filho dotando a cidade com o Parque 13 de Maio, além de ter construído e reformado praças e jardins.

A iluminação pública levada pelo governo de Novaes Filho promoveu grande impacto na cidade, constando de duas linhas de atuação: a substituição da iluminação a gás pela elétrica e a dotação e ampliação do número de velas nos logradouros e praças públicas. Essa ação abrangeu a quase totalidade dos bairros da cidade, notadamente os da Boa Vista, Graças e Afogados, porém de modo diferenciado. Mereceu atenção especial a iluminação das margens do Capibaribe e daqueles logradouros que tinham por função a articulação dos lugares do centro com os demais bairros da cidade, enquanto aqueles logradouros localizados nos subúrbios ocupados pelos segmentos pobres tiveram iluminação mais simples. Os programas de iluminação pública e de pavimentação constituíram-se nos dois principais investimentos do governo de Novaes Filho nos subúrbios, embora as suas palavras denotassem desalento para com as metas alcançadas, dado que as demandas do centro fizeram-se mais fortes e urgentes do que as dos subúrbios, essas eram as desigualdades de uma grande cidade.

O governo de Novaes Filho tratou, ainda, da estatística e da cultura. Inúmeros foram os serviços estatísticos de importância realizados ao lado da publicação regular da *Revista Arquivos*, do Boletim da Cidade e do Porto do Recife e das matérias produzidas para o programa de rádio Minuto da Cidade e do Porto do Recife. Além das publicações antes mencionadas, teve destaque a organização de uma fototeca, uma hemeroteca, uma biblioteca especializada e uma discoteca, formando esse conjunto de serviços um acervo documental de diversas modalidades sobre a cultura regional.

O governo de Novaes Filho realizou, ainda, táticas voltadas à assistência social, entre as quais tiveram maior alcance as das Salas de Costuras e da Escola de Cozinha. Essas táticas consistiram de cursos profissionalizantes ministrados nos Centros Educativos Operários e escolas públicas, distribuídos pelos subúrbios de

Afogados, Pina, Santo Amaro, Arraial, Monteiro, Água Fria, Várzea, Areias, Campo Grande e Cordeiro, atuando de forma a controlar o crescimento e a produtividade da população pobre.

As táticas de legitimação ganharam destaque com a institucionalização da Comissão do Plano da Cidade. A criação e o funcionamento desta Comissão constituiu-se na principal tática cuja finalidade era promover a articulação entre o governante Novaes Filho e os urbanistas não integrantes dos quadros técnicos da municipalidade, ou seja, mesmo numa ordem autoritária, realizar atos definidos apenas pelos técnicos municipais não garantia a credibilidade e a legitimidade necessárias aos feitos modernizadores. Essa modalidade de participação nas decisões urbanísticas aceita pelos governantes foi uma transferência ou influência do urbanismo americano apropriada pelos urbanistas no Brasil. O seu aparecimento no Recife foi anterior ao governo de Novaes Filho, data do início dos anos 30, mais precisamente, ela foi criada pelo Prefeito Lauro Borba, a 11 de agosto de 1931, como Comissão Consultiva do Plano da Cidade. As atribuições dessa primeira comissão foram de duas ordens: preparar pareceres que fornecessem subsídios ao arquiteto Nestor de Figueiredo, contratado pela municipalidade para elaborar o Plano de Remodelação e Extensão da Cidade, e fiscalizar as administrações municipais na execução do plano. A composição apresentada por essa comissão tinha como presidente o Prefeito, e os membros indicados foram: José Cândido de Moraes, Brandão Cavalcanti, Moraes Rêgo, Mário Melo, José Estelita, Nestor Moreira Reis, Paulo Guedes Pereira, Artur Siqueira, José Campello, Romeu Figueiredo, José Oscar, Eduardo de Moraes, J. Caminha Franco, Paulo Câmara, Jansen de Mello, Rômulo Cahú e Heitor Maia Filho; esses urbanistas eram, em sua maioria, engenheiros representando instituições governamentais e organizações profissionais.⁴

O funcionamento da Comissão do Plano da Cidade não foi contínuo, na sua história, foram verificadas várias interrupções por motivos nem sempre identificados. A primeira comissão foi dissolvida em 1935, provavelmente, em consequência das querelas entre seus membros, voltando a ser institucionalizada por Novaes Filho, segundo o Ato n.º 17 de 16/12/37, com a principal e premente atribuição de apresentar o Plano de Reforma para o Bairro de Santo Antônio.⁵

4 *Diário da Manhã* de 12/08/1931, p. 3.

5 *Diário dos Municípios* de 17/12/1937. Os membros dessa comissão já tinham participado da comissão anterior, foram eles: eng.º Domingos Ferreira, jornalista José Campello, eng.º José Estelita, eng.º Tolentino de Carvalho e o eng.º Paulo Guedes.

Atendido o motivo da sua criação, a mesma deixou de funcionar, sendo recriada pelo Decreto n.º 102 de 03/10/38⁶ e logo suspensa, e reencetados os seus trabalhos com o Decreto n.º 317 de 02/06/42.⁷ A partir dessa data, a comissão permaneceu exercendo suas atribuições até 1952, tendo sido substituída pela Comissão de Estudos e Planejamento do Recife, porém, com outras atribuições e outra composição, dado que as táticas já não eram as mesmas.⁸

Pelo Decreto n.º 317, a Comissão do Plano da Cidade foi reorganizada em caráter de órgão coordenador, incumbida de prosseguir nos estudos já iniciados e de organizar em definitivo o Plano Regulador de Expansão do Recife. Essa comissão, presidida pelo Prefeito, foi constituída em sua quase totalidade por engenheiros, embora fosse dado destaque, também, à participação de jornalistas, representando órgãos governamentais e não governamentais.

Após 1942, a comissão tratou de muitos assuntos ligados à cidade, o Plano de Expansão – aprovação e implantação; projetos de engenharia de pontes, canais, praças e galerias; demolições de prédios para a abertura de vias; definição de gabaritos e aprovação ou indeferimento de pedidos de diversas naturezas, ou seja, eram levados para a comissão os casos polêmicos que a Diretoria de Obras da municipalidade não tinha respaldo para decidir.

Muitos urbanistas permaneceram participando da composição das várias comissões e vários escreviam sobre diversos assuntos ligados à urbanização e expansão construtiva da cidade em revistas técnicas especializadas, a exemplo de José Estelita e Antônio Baltar, e, na imprensa local, como os jornalistas Mário Melo e José Campello. Ao incorporar urbanistas fora dos quadros técnicos da municipalidade, de vários campos do conhecimento e com distintos modos de atuação profissional, a comissão adquiriu uma conotação para além do prescrito nos decretos, tornou-se uma tática legitimadora dos atos e procedimentos utilizados pelo governante Novaes Filho na ordenação de lugares e na concretização de idéias.

A atualização e a diferenciação dos atos do governo de Novaes Filho contrapuseram-se aos problemas propalados pelos urbanistas para a cidade do Recife, ao estabelecerem a previsão do futuro como

6 *Diário do Estado* de 04/10/1938, p. 23.

7 *Revista Arquivos*. 1942, p. 318.

8 Segundo o terceiro livro de atas, estão registradas reuniões até o ano de 1952; em 1953, a comissão foi substituída, em decorrência da reforma organizacional da Prefeitura, conforme Lei n.º 2.198 de 19/05/1953.

instrumental normativo através dos planos de remodelação e de expansão da cidade; a incorporação da questão social através dos decretos municipais proibindo a construção, reforma ou melhoria dos mocambos e incentivando a construção de casas populares; o apoio à campanha contra os mocambos levada pelo governo estadual; a execução de abertura de grandes avenidas no centro como símbolo da ordem autoritária, inclusive, impondo a verticalização como padrão do espaço edificado; a atuação nos subúrbios, pavimentando e iluminando ruas e avenidas; e a construção e reformas de parques e jardins. Essas táticas, centradas na seletividade política e execução de ações de ordenamento espacial dos homens e das coisas na perspectiva de um futuro ordenado para a cidade do Recife, conferiram ao governo de Novaes Filho a representação de eficiente.

2. As táticas governamentais de Pelópidas Silveira

A segunda experiência modernizadora teve como governante municipal Pelópidas Silveira, cuja gestão compreende o período de 1955 a 1959; no entanto, as táticas do seu governo tiveram proveniência em um tempo anterior, imediatamente após 1945, ou melhor, entre fevereiro a agosto de 1946, quando ele foi nomeado Prefeito pelo então Interventor Federal em Pernambuco, o procurador José Domingues da Silva.

Nesse momento e ao longo dos anos 50, os problemas urbanos do Recife não eram mais pontuais, restritos às pequenas partes da urbe; não eram mais setoriais, condizentes com um dos aspectos da vida da cidade ou de sua população, como, por exemplo, o de controle sanitário e da medicina social verificado no século XIX e início do século XX; eles tornaram-se complexos, entremeados e de proporções indeterminadas. Ou seja, a relação dos homens com as coisas tinha-se modificado, exigindo novos encargos dos governantes.

A presença pessoal na resolução de questões que diziam respeito às atribuições da municipalidade foi uma das características do novo modo de governar de Pelópidas Silveira. Esse modo de governar era complementado pela mobilização realizada pelos Comitês Populares Democráticos, nos bairros onde residia, preponderantemente, a população pobre, em torno de necessidades a serem atendidas pela municipalidade. Registros de reconhecimento e elogios da conduta política de Pelópidas Silveira eram, constantemente, salientados na imprensa, fixando uma imagem de governante para sempre memorizada.

E sendo homem que não se arreceia do contacto com o povo, foi ao Caiara e deu pessoalmente as suas ordens... E apelou para o próprio povo no sentido de informá-lo se qualquer elemento prepotente tentar desacatar essas determinações.⁹

Anteontem, dia santo, as pessoas que passavam, a certa hora da manhã, pela Pracinha, viram o snr. Prefeito, em companhia de um dos seus auxiliares de gabinete, examinando os trabalhos que ali estão sendo feitos... Entretanto, os poucos que o perceberam não puderam deixar de sentir a satisfação de ver o nosso administrador em plena ação... Causam a melhor impressão no público os homens de governo que têm a noção de que o seu cargo é uma trincheira de trabalho e não uma sinecura...¹⁰

Ainda foram efetivadas pelo governo de Pelópidas Silveira outras táticas que lhe conferiram grande visibilidade política: a quebra do monopólio da Pernambuco Autoviária e o estabelecimento de contrato com outras empresas de transporte de passageiros em ônibus; o tabelamento do pescado na Semana Santa; a instituição da "semana inglesa" para os comerciários e o apoio à cultura, através da implantação da Discoteca Pública e da primeira Biblioteca Popular.

Em suma, o primeiro governo de Pelópidas Silveira, em 1946, embora de pequena duração, deu-lhe enorme prestígio, em virtude da adoção de novas táticas no comando da cidade, marcada pela participação dos governados, pela capacidade de administrar e pela sensibilidade social. Essa conduta outorgou-lhe credibilidade política para concorrer ao mandato de prefeito pela aliança popular Frente do Recife, no pleito eleitoral de 1955, do qual saiu vitorioso. Com esse pleito eleitoral, foi efetivado o restabelecimento da autonomia política da cidade do Recife, sob os auspícios da Democracia Desenvolvimentista respectiva ao governo de Juscelino Kubitschek.

Entretanto, a credibilidade política lhe foi conferida não só pelos feitos de seu governo, mas também por ser detentor do saber urbanístico. O engenheiro Pelópidas Silveira era reconhecido como profissional competente; com exceção dos períodos em que exerceu cargos públicos, esteve no exercício profissional no campo do urbanismo e da construção civil, possibilitando o fácil estabelecimento

9 *Folha do Povo* de 13/07/1946 - "Vitória do povo de Bomba Grande e do Caiara contra os esburacadores".

10 *Diário da Noite* de 01/06/1946 - "O prefeito e o feriado".

de diálogo com os urbanistas, seus companheiros de profissão. Assim, ao exercer o comando dos negócios da cidade, esse governante entrelaçou legitimidade política e competência profissional, interagindo com os urbanistas na atualização e diferenciação do ordenamento espacial do Recife. Mas a interação das idéias dos urbanistas aos atos de governo eram insuficientes para promover a desejada modernização do Recife equacionando os complexos e grandiosos problemas urbanos. Para tanto, fez-se necessário incorporar outros saberes, outras condutas, traduzidas por Pelópidas Silveira em *"direito de participar das diversas organizações políticas e sociais na gerência dos negócios municipais"*. Para tanto, o programa de governo, subscrito pelo candidato Pelópidas Silveira em 27 de setembro de 1955, conjugou não só idéias e táticas almejadas pelos urbanistas e pelos governantes como explicitou a conduta do seu futuro governo.

Se as circunstâncias em que participamos da vida pública e o desencanto do povo diante dos que fazem da política um negócio, criaram para nós uma base de confiança popular, isso vem aumentar a nossa responsabilidade perante êsse mesmo povo. Acreditamos que o nosso passado de luta intransigente em defesa das liberdades democráticas, da paz e da soberania nacional contribuiu fortemente para que merecêssemos dos patriotas de tôdas as condições sociais essa confiança, que nos honra e dignifica... estamos certos de que o nosso governo, à frente da Prefeitura Municipal, corresponderá aos anseios de liberdade e de progresso de todos os recifenses.¹¹

A confiança popular, as liberdades democráticas, a soberania nacional e o desenvolvimento da cidade nortearam os compromissos do candidato a governante para com seus futuros governados. Esses compromissos foram apresentados no programa de governo contemplando uma multiplicidade de necessidades dos governados, de modo a reverterem as representações de cidade desordenada, da miséria e do atraso regional, tais como urbanização, habitação, transporte e comunicações, abastecimento alimentar, saúde e higiene, educação e cultura e assistência social.

Todo o conjunto dos compromissos de governo tinha por denominador comum a ampliação dos encargos municipais como modo de afirmar a autonomia municipal. Ou seja, no programa de

11 *Correio do Povo* de 28/09/1955, p. 2 - "Pelópidas governará assim".

governo de Pelópidas Silveira, tudo era prioridade, era estonteante a profusão de propostas e de responsabilidades reportadas para a municipalidade, só entendidas num contexto de aprendizado da liberdade política, de difusão do modelo de sociedade estatizada e de propagação das teses municipalistas.¹²

A ampliação dos encargos de governo frente às complexas e grandiosas necessidades da cidade do Recife seria assegurada por atos e condutas firmemente indicadas nas palavras finais do programa de governo de Pelópidas Silveira.

*É preciso atrair capitais de outras regiões para a área da cidade, para o que a Prefeitura poderá contribuir com uma série de medidas tendentes a criar condições de boa rentabilidade para as indústrias novas. Isso inclui isenção de tributos, racionalização de sua cobrança, melhores meios de comunicação (telefones e transportes eficientes), garantia de fornecimento amplo de eletricidade e de água, etc... Administraremos com um planejamento que será adotado depois de ouvidos os técnicos e com a homologação da Câmara Municipal. Esse planejamento será conhecido do povo através das suas organizações, seus sindicatos, suas associações de cultura, religiosas, esportivas, etc. a fim de que o recifense saiba do que precisa a cidade e colabore nas soluções... Pretendemos através dessas associações, da Câmara de Vereadores e dos partidos que nos apoiam, manter contacto com o povo, prestando-lhes contas e recebendo sugestões e estímulo. É um período de transição que vai fixar definitivamente a autonomia do município e que exige a colaboração de todas as classes sociais e de todos os recifenses.*¹³

Discurso entusiasmado pelo fazer político explicitava a posição dos que detinham o saber disciplinar – os técnicos, e o saber empírico – o povo organizado. Eles foram as figuras componentes das novas táticas, móveis e suportes da cidade do Recife.

As táticas efetivadas por Pelópidas Silveira concretizaram os compromissos propugnados em seu programa de governo. Nessa direção foram adotadas como táticas normativas: o código tributário, o plano de expansão e o plano viário da cidade e a regulação urbanística.

12 Sobre a propagação das teses municipalistas, ver Melo (1993).

13 Idem, *ibid.*

O governo de Pelópidas Silveira, diante da insuficiência de recursos financeiros e do acúmulo de “*déficits*” orçamentários, aprovou um novo Código Tributário atualizando os diversos tipos de impostos municipais, segundo critérios mais imparciais e precisos. Entre os dispositivos do Código Tributário, aqueles relacionados com o ordenamento urbanístico da cidade foram priorizados, como o de licença sobre a ocupação do solo, o de licença sobre a execução de obras particulares e serviços diversos e o territorial urbano. Este último imposto passou a ter por base de cálculo o valor venal do terreno, em substituição ao critério metro de testada, considerado mais preciso tecnicamente, por levar em consideração não só o critério de área, como também o de preço do terreno e o de testada da rua, assim como buscou efetivar, sem sucesso, operações de créditos destinadas ao financiamento de obras modificadoras da composição de lugares do Recife: o empréstimo de 50 milhões de cruzeiros e o Plano Capibaribe.

O governante Pelópidas Silveira abraçou o paradigma do Movimento Economia e Humanismo, adotando os Planos de Leuret e de Baltar como representações de lugares de um futuro desenvolvido para a região metropolitana do Recife e utilizou o do urbanismo moderno ao referendar o Plano Viário de Edgar Amorim. Por ser detentor do saber urbanístico, ele interagiu com seus companheiros de profissão na realização dos atos de atualização e diferenciação da cidade do Recife.

O governo de Pelópidas Silveira legou à cidade um novo Código de Obras, atualizando, unificando e consolidando a legislação urbanística vigente, dispersa em várias leis e decretos. Esse rigoroso e minucioso regulamento respondeu à complexidade do ambiente citadino com as novas e crescentes demandas respectivas aos anos 50; seguiu a concepção em voga de ampliação da intervenção governamental no controle e disciplinamento da vida citadina e incorporou os novos ideários do urbanismo provenientes da Europa e dos Estados Unidos, em especial da França, através do Movimento Economia e Humanismo, e da Inglaterra, com a legislação britânica de 1947. Paralelamente, alguns decretos de caráter específico foram aprovados, autorizando a execução de pequenas obras em mocambos, independentemente da prévia consulta dos inquilinos aos proprietários dos terrenos ou imóveis, disciplinando a construção de mercadinhos, supermercados e centros comerciais e prescrevendo a construção de edificações em mais de dois pavimentos.

As táticas executivas empreendidas pelo governo de Pelópidas

Silveira foram: alargamento e pavimentação de avenidas e ruas, construção de galerias, retificação e revestimento de canais de drenagem, construção de pontes e pontilhões, dotação de parques, praças, jardins, iluminação e arborização pública, aquisição de terreno para revenda a moradores de mocambos e institucionalização da Companhia de Transportes Urbanos, dando maior primazia às obras do subúrbio do que às do centro. Paralelamente, também tratou do serviço telefônico, da promoção cultural e do abastecimento alimentar.

Pavimentar ruas constituía-se em necessidade e desejo tão relevantes para os governados que o governo de Pelópidas Silveira, não podendo atender a todas as demandas, criou o regime de cooperação, para a execução desse tipo de obra. Esse regime consistiu na divisão dos custos com os proprietários dos imóveis localizados no logradouro, objeto de melhoria urbana. Cabe fazer referência aos logradouros pavimentados, promotores das transformações na fisionomia da cidade, como a Avenida Conde da Boa Vista, a Rua da Aurora, a Avenida Norte, o Canal Derby-Tacaruna/Parque Amorim, a ligação Casa Amarela/Beberibe, o circuito Afogados/Prado e a Estrada da Imbiribeira. Enquanto os dois primeiros tiveram valor simbólico, os demais promoveram as ligações e os acessos entre bairros, em especial, dos subúrbios.

Quando do governo de Pelópidas Silveira, o Sítio Trindade foi desapropriado e transformado em parque público, assim como foram construídos outros parques, praças e jardins; denotando a valorização do elemento verde e dos ambientes públicos.

Outras táticas empreendidas pelo governo de Pelópidas Silveira marcaram prevalência dos subúrbios sobre o centro, denotaram o cuidado com o ambiente público e, principalmente, priorizaram as necessidades dos governados, particularmente dos pobres residentes nos morros e córregos ao norte da cidade, são elas: a construção de galerias de águas pluviais, de canais de drenagem e de pontes e pontilhões, a dotação de arborização e iluminação nos logradouros públicos e a aquisição de terreno para a revenda a moradores de mocambos.

Os atos de governo voltados ao transporte coletivo de passageiros realizados por Pelópidas Silveira consistiram na criação da CTU como operadora do sistema de ônibus elétricos. Essa companhia iniciou sua operacionalização em maio de 1960, servindo às linhas de Casa Amarela, Torre-Madalena e Campo Grande; embora a expectativa inicial da edilidade fosse pôr em funcionamento esse sistema no ano de 1957, os obstáculos financeiros e burocráticos

impossibilitaram o alcance dessa meta. Esses atos basearam-se na tese do monopólio estatal nos serviços públicos. Nesse sentido, estavam também as iniciativas para a criação de uma companhia telefônica municipal. A atuação do governo de Pelópidas Silveira nos transportes e nas comunicações telefônicas mostrou as tarefas de governo tornando-se mais e mais presentes em todas as atividades cidadinas.

As táticas priorizadas pelo governo de Pelópidas Silveira, com repercussões educacional e cultural, foram as seguintes: a desapropriação do Cineteatro do Parque, a exibição de filmes educativos nos subúrbios, a reestruturação e os concertos da Orquestra Sinfônica do Recife, a criação e as exposições da Banda Municipal, o funcionamento das bibliotecas populares, a renovação do acervo da Discoteca Pública Municipal, a criação do Salão Permanente de Arte, da 1ª Feira de Livro e dos cursos populares de inglês, francês e esperanto. Entre essas táticas, as bibliotecas populares e a discoteca pública foram, provavelmente, as de maior relevância para a difusão da cultura entre as camadas pobres da cidade. A importância e a amplitude dessas táticas afirmaram com nitidez a busca de uma elevação do nível cultural e educacional do povo, reforçando o compromisso social e o caráter popular do governo de Pelópidas Silveira.

O abastecimento alimentar no governo de Pelópidas Silveira teve-se, principalmente, à criação de novas feiras nos bairros da Encruzilhada, Espinheiro, Boa Viagem, Barro e Vila dos Comerciantes e à participação ativa no abastecimento de peixe, milho etc., por ocasião de festas tradicionais, o que confirma a primazia do caráter popular ao seu governo.

Porém, dentre as táticas governamentais empreendidas pelo governo de Pelópidas Silveira as promotoras da interação governantes-governados – as audiências públicas e urbanistas-governantes – a Comissão de Estudos e Planejamento do Recife, marcaram efetivamente esse governo.

Articular, mobilizar e mediar os interesses presentes no contexto citadino foi uma tática governamental permanentemente utilizada pelo governante Pelópidas Silveira nos enfrentamentos e querelas técnicas e políticas, através das audiências públicas e das comissões e conselhos especializados a seguir apresentados.

Durante a nossa campanha eleitoral, preconizamos e incentivamos a criação, nos diferentes bairros, de

*associações partidárias que traduzam os interesses desses núcleos de população. Preocupava-nos o divórcio sempre existente entre as administrações e as vastas camadas populares, deixando as primeiras sem uma visão de conjunto de nossa realidade e as segundas relegadas ao mais cruel desamparo... Abre-se, assim, uma nova era para o Recife, onde as camadas mais sofredoras do povo podem fazer ouvir a sua voz, junto aos responsáveis pela coisa pública, de forma organizada e sem os prejuízos dos sectarismos de partido ou de facções.*¹⁴

A crença de que um futuro melhor podia ser construído coletivamente é o sentido mais forte dessas palavras de Pelópidas Silveira, concretizadas nas audiências públicas, ocasião em que dialogava com o povo pobre individualmente ou através das associações de bairros.¹⁵ Essas audiências públicas eram realizadas de duas maneiras, uma ocorria semanalmente no edifício da municipalidade ou no Teatro de Santa Isabel. A outra só passou a ser realizada a partir de 1957, diretamente nos bairros do Recife, sob a justificativa de proporcionar um resultado mais eficaz, dada a possibilidade de constatação dos problemas no local.¹⁶ Esta última modalidade acontecia uma vez por semana, segundo programação estabelecida pelo governo de Pelópidas Silveira, preferivelmente nas bibliotecas populares, escolas, clubes locais e similares,¹⁷ com a participação dos moradores e, principalmente, das associações de bairros. O funcionamento dessas audiências públicas, de uma forma em geral, dava-se da seguinte forma: o governante Pelópidas Silveira com os diretores dos diversos Departamentos da Prefeitura e vereadores iam para o local previamente marcado no bairro, recebiam as reivindicações, críticas e forneciam informações, cabendo a Pelópidas Silveira expor as linhas de ação, justificar as dificuldades de atendimento a todos os pleitos e relatar os fatos em evidência que envolviam o seu governo.

14 *Diário Oficial* de 13/03/1956, p. 1200.

15 Segundo Cezar (1985, p. 11), as audiências populares promovidas pela Prefeitura do Recife possibilitaram aos moradores de diversos bairros uma maior conscientização dos problemas que eram comuns a quase todos eles. Inicialmente, eram numerosos os pedidos de natureza individual, mas, aos poucos, as reivindicações coletivas foram se sobrepondo àquelas de caráter pessoal, embora não as tenham eliminado.

16 *Jornal Pequeno* de 12/01/1957 - "Audiências públicas do prefeito, agora nos bairros da capital".

17 No entanto, segundo Cavalcanti (1978, p. 258), "além das associações de bairros, Pelópidas realizava audiências coletivas no Teatro de Santa Isabel, a cada quinzena, auscultando queixas e reclamações, ele próprio anotando os casos, ou encaminhando-os a cada secretaria".

As associações de bairros, além de representarem e mobilizarem a população residente nos bairros, apresentavam outra positividade: a do disciplinamento dos mais carentes e menos cultos da sociedade; daí a necessidade de um estatuto elaborado pelo governo municipal, cujas funções seriam uniformizar, normalizar e disciplinar a operacionalização das mesmas.

A fim de evitar que essas associações se afastassem de seus objetivos e descambassem para o terreno da politicaina, foi elaborado um estatuto disciplinando o funcionamento de cada uma delas... São grupos de homens humildes, que se sentem bem compensados em ser úteis no bairro e pleitear para este e para seus habitantes o que necessitam, sem indagar a orientação política do município. O prestígio que daí lhes decorre, mais ainda, a certeza de que a Prefeitura dará uma solução para o caso, ou, quando menos, uma satisfação do porque do seu não atendimento, fortalecem os dirigentes da Associação dos Bairros e induzem os demais núcleos a seguir-lhes o exemplo.¹⁸

Esse modo de governar foi tão ao encontro dos interesses dos governados que durante todo o governo de Pelópidas Silveira surgiram associações de bairro, associações femininas, ligas de defesa nacional como expressões de um novo tempo, um tempo de afirmação das liberdades democráticas. Essa tática de legitimação inovou, atualizou e diferenciou o governo de Pelópidas Silveira, constituindo-se numa marca indelével de um tempo de euforia democrática.

Paralelamente, o governo de Pelópidas Silveira empreendeu a interação e a combinação com os detentores do saber, através da nomeação de comissões técnicas para tratar de conflitos específicos e pontuais, anteriormente descritos, e da institucionalização de comissões e conselhos de caráter permanente, como os Conselhos Consultivos de Finanças (CCF)¹⁹ e de Educação (CCE)²⁰ e a Comissão de Estudos e Planejamento do Recife (CEPRE), estando esta última a seguir destacada, por ter tratado especificamente da composição de lugares do Recife.

18 O Estado de São Paulo de 13/01/1957 - "As associações de bairros da capital de Pernambuco".

19 O CCF foi criado para apoiar e assistir o governo de Pelópidas Silveira e opinar sobre o mesmo quanto às finanças municipais, através do Decreto n.º 1.373 de 08/02/1979, In *Diário Oficial* de 09/02/1956, p. 675 e 676.

20 O CCE foi criado para estudar medidas tendentes à execução de um programa municipal de educação primária e profissional pelo Decreto n.º 1.554 de 08/08/1956, In *Diário Oficial* de 09/08/1956, p. 4091.

A CEPRE²¹ foi criada com a finalidade de opinar sobre os problemas de tráfego e do zoneamento da cidade e principalmente tratar dos aspectos sociais e econômicos da região metropolitana, em substituição à antiga Comissão do Plano da Cidade, cujas atribuições restringiam-se à problemática cidadina.²²

A CEPRE foi solenemente instalada a 03 de abril de 1957 por Pelópidas Silveira, durante a oportunidade, o engenheiro Antônio Baltar pronunciou a conferência intitulada "*Planificação da Área Metropolitana de Pernambuco*".²³ Entretanto, essa comissão só iniciou seu funcionamento dois meses antes do final do governo de Pelópidas Silveira, mediante solicitação do sucessor de Pelópidas Silveira, visando à elaboração do Plano Diretor da Cidade.²⁴ A sua notoriedade política deveu-se, primeiro, à pretensão de o governo municipal do Recife se auto-atribuir a tarefa de combinar os interesses dos municípios componentes da região metropolitana; segundo, ao amplo leque de representações, em sua maioria de caráter técnico, totalizando 39 membros.

A concepção da CEPRE foi mérito de Baltar, parte das "Diretrizes de um Plano Regional para o Recife" elaboradas por ele, em 1951, juntamente à da criação da região metropolitana do Recife. Essa região seria formada pelos municípios do Recife, Olinda, Paulista, Jaboatão, São Lourenço e Cabo, como uma unidade físico-econômica sobre a qual seriam distribuídas a população, de acordo com unidades urbanas hierarquizadas, e as atividades industriais, comerciais, residenciais e de lazer, considerando as disponibilidades dos serviços urbanos básicos. O governante Pelópidas Silveira endossava tais idéias, advogando a definição de um plano diretor e de uma legislação urbanística única para todos os municípios integrantes, desde que permanecesse intocada a autonomia política.²⁵

21 A CEPRE foi prevista pelo Decreto n.º 2.198 de 19/05/1953, porém os prefeitos anteriores a Pelópidas Silveira não instalaram este órgão da municipalidade. A sua criação efetiva só veio a se dar pelo Decreto n.º 1.408 de 02/05/1956.

22 *Diário Oficial* de 03/05/1956, p. 2170 e de 04/05/1956, p. 2193. A CEPRE seria constituída por 38 membros: 17 representações de organizações governamentais; um representante de estabelecimento de ensino superior; cinco representantes de associações governamentais; os prefeitos de Olinda; Jaboatão; São Lourenço; Paulista e Cabo e dez membros de livre indicação do Prefeito.

23 *Jornal do Commercio* de 03/04/1957 - "Comissão de estudos e planejamento do Recife: solenemente instalado o novo órgão, ontem - conferência do prof. Baltar, sobre a planificação da área metropolitana".

24 *Jornal do Commercio* de 19/10/1959 - "Vai (finalmente) funcionar a sociedade de estudos e planejamento do Recife".

As táticas de legitimação efetivadas pelo governo de Pelópidas Silveira articularam e mobilizaram os governados e os detentores do saber e interagiram com os mesmos, ao tratarem dos conflitos entre necessidades e interesses presentes na cidade. Especialmente quanto aos pobres, incentivaram a sua organização em associações de bairros e similares e criaram as audiências públicas como espaço político preferencial para a interação governantes-governados. Quanto aos detentores do saber, por ser também um deles, o Prefeito compartilhou com seus pares as inquietações do governo da cidade, convocando-os segundo os mais diversos e específicos campos disciplinares, através da institucionalização de comissões e conselhos técnicos, de modo a que fossem fornecidos os elementos técnicos para subsidiar as decisões governamentais. Dessa forma, esses conselhos faziam parte também do jogo político, o que demonstrava o entrecruzamento do saber e do poder numa democracia. Esses atos de governo, ao interligar a democracia direta e a democracia conciliar, conferiram grande atualidade e diferenciação ao governo de Pelópidas Silveira, marcando-o indelevelmente com a representação de participativo. E mais, demonstraram ser a identificação da necessidade não só uma prerrogativa dos governantes e afirmaram a primazia da esfera pública na arte de governar; enfim, atualizaram e diferenciaram os atos do governo da cidade.

3. Conclusões

Os governos de Novaes Filho e de Pelópidas Silveira empreenderam táticas normativas, executivas e de legitimação, de modo a atualizar e diferenciar a ordenação de lugares, a mediação de conflitos e a concretização de idéias. Porém, elas apresentaram várias diferenças, cabendo destacar as seguintes:

Dentre as táticas normativas:

- Novaes Filho selecionou aqueles com quem estabeleceria diálogo; Pelópidas Silveira adotou como modo de governar a cidade, a negociação e a participação das organizações políticas e sociais;

- O primeiro conformou uma relação de dependência e apoio com os urbanistas; o segundo tinha uma relação de igualdade com os seus companheiros de profissão.

Dentre as táticas executivas:

- Novaes Filho tratou do centro como símbolo da ordem da

25 Pelópidas Silveira (1954). "Definição de zonas industriais e urbanismo", p. 110.

autoridade, embora tenha atuado, também, nos subúrbios; Pelópidas Silveira confirmou seu compromisso com a cidade e a sua população, em especial com os segmentos pobres, imprimindo um novo sentido aos atos de governo: da periferia para o centro;

- O primeiro restringiu-se às obras de abertura de avenidas e pavimentação de vias, construção de pontes, parques, praças e jardins e iluminação pública; o segundo executou um amplo elenco de obras, atuando em alargamento e pavimentação de ruas, drenagem, pontes e pontilhões, arborização e iluminação pública e transporte coletivo de passageiros, caracterizando investimentos na infra-estrutura da cidade, ou melhor, nas condições gerais de produção. Dito de outra maneira, um restringiu-se às atribuições concedidas pelo Interventor Federal em Pernambuco; o outro consolidou a autonomia municipal e ampliou as responsabilidades de governo da cidade através da interveniência em múltiplas atividades urbanas.

Entretanto, o principal ponto diferenciador entre os dois governos residiu na dimensão da negociação e articulação política. O governo de Novaes Filho, estando inserido na forma de governo ditatorial, exerceu o comando da cidade do Recife sem opositores explícitos, repudiando o jogo político e a manifestação de interesses diversos, tendo escolhido os detentores do saber urbanístico para serem os interlocutores exclusivos nas decisões sobre as necessidades da cidade. Já o governo de Pelópidas Silveira, para aprovar o orçamento municipal, o plano de reestruturação de cargos e salários, principalmente a instituição de concurso público para o preenchimento de cargos técnicos e administrativos e o Código Tributário, assim como para elaborar o Código de Obras e outros dispositivos de natureza urbanística, empreendeu negociações com a Câmara Municipal, discussões técnicas e políticas e consultas a entidades governamentais e de representações profissionais. Governar passou a significar a aceitação e o desejo de participação dos governados com suas necessidades e interesses, cabendo ao governo mediar os conflitos e buscar o benefício comum.

Em suma, os governantes Novaes Filho e Pelópidas Silveira adotaram táticas de legitimação diferenciadas: um institucionalizou a incorporação do saber disciplinar para respaldar decisões às quais ele não estava capacitado cientificamente a responder; o outro integrou na conduta do seu governo o saber do povo organizado e o saber disciplinar, para afirmar a primazia da esfera pública.

Os atos de dispor as coisas, os procedimentos e os instrumentos de comando e direção utilizados na ordenação espacial

dos homens pelos governos de Novaes Filho e de Pelópidas Silveira conferiram a cada um respectivamente a representação de um governo *eficiente* e de um governo *participativo*. Cada um desses governos atualizou e diferenciou as táticas governamentais sintetizadas, para Novaes Filho, na seletividade política, na subordinação técnica e na prioridade ao lugar centro e, para Pelópidas Silveira, na participação política, na integração técnica e na prevalência do lugar subúrbio. Enfim, as táticas são objetivações das gestões governamentais e funcionam como mecanismos heterogêneos e complementares através dos quais o poder é exercido.

Fontes Bibliográficas

- AGUIAR, Roberto Oliveira de (1993). *Recife: da Frente ao Golpe: ideologias políticas em Pernambuco*. Recife. Editora Universitária da UFPE.
- ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de (1995). *A construção da verdade autoritária: palavras e imagens da interventoria Agamenon Magalhães em Pernambuco- 1937-1945*. São Paulo. Dep. de História/FFCH/USP.
- ANDRADE, Manoel Correia de (1979). *Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida*. Recife. Universidade Federal de PE/Editora Universitária.
- ARENDRT, Hannah (1992). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo. Editora Perspectiva.
- ARIÈS, Philippe (1989). *O tempo da história*. Rio de Janeiro. Francisco Alves.
- BALTAR, Antônio Bezerra (1951). *Diretrizes de um Plano Regional para o Recife*. Recife. Tese de concurso para o provimento da cadeira de urbanismo e arquitetura paisagística na escola de Belas Artes da Universidade do Recife.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita (1976). *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política- 1956-1961*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- BENEVOLO, Leonardo (1987). *As origens da urbanística moderna*. Lisboa. Editorial Presença.
- BERMAN, Marshall (1994). *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo. Companhia das Letras.
- BERNARDES, Denis (1996). *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife. Ed. Universitária da UFPE.

- BOBBIO, Norberto (1995). *A teoria das formas de governo*. 8ª ed. Brasília. Editora Universidade de Brasília.
- BORJA, Jordi (1988). "A participação cidadina". In *Espaço & Debates*. São Paulo. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. ano VIII, n.º 24.
- BRESCIANI, Maria Stella M. (1985). "Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)". In *Revista Brasileira de História*. São Paulo. ANPUH/Editora Marco Zero. vol. 5, n.º 8/9, set.-1984/abr.-1985.
- (1994). *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 8ª ed. São Paulo. Brasiliense.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro (1978). *Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK-JQ*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- CARONE, Edgar (1976). *O Estado Novo- 1937-1945*. São Paulo. Difel.
- CAVALCANTI, Paulo (1978). *O caso eu conto como o caso foi: da coluna Prestes à queda de Arraes: memórias*. São Paulo. Alfa-Omega.
- CERTEAU, Michel de. (1982). *A escrita da história*. Rio de Janeiro. Forense Universitária.
- CEZAR, Maria do Céu (1985). *Movimento de Bairros e a Prefeitura do Recife: as organizações populares do Recife - trajetória e articulação política - 1955/1964*. Recife. MDU/UFPE.
- CHARTIER, Roger (1990). *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil S.A./DIFEL.
- CHOAY, Françoise (1979). *O urbanismo: utopias e realidades, uma antropologia*. São Paulo. Editora Perspectiva.
- DELEUZE, Gilles (1988). *Foucault*. São Paulo. Editora Brasiliense.
- DINIZ, Eli (1983). "O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe". In FAUSTO, Boris (org.) *História geral da civilização brasileira*. 2ª ed. São Paulo. Difel. tomo II, vol. 3.
- DURKHEIM, Emile (1990). *As regras do método sociológico*. 14ª ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional.
- FAORO, Raimundo (1975). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2ª ed. revisada e aumentada. Porto Alegre, Globo, Ed. da Universidade de São Paulo, vol. 1 e 2.
- FOUCAULT, M. (1984). "O que é iluminismo". In *Dossier - últimas entrevistas*. Rio de Janeiro. Livraria Taurus Editora.
- (1987). *A arqueologia do saber*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Forense-Universitária.
- (1987a). *As palavras e as coisas*. 4ª ed. São Paulo. Livraria Martins Fontes Editora Ltda.

- (1993). *Microfísica do poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro. Edições Graal.
- (1993a). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 10ª ed. Petrópolis. Vozes.
- (1993b). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 11ª ed. Rio de Janeiro. Edições Graal.
- FURTADO, Celso (1985). *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- GOTTDIENER, Mark (1993). *A produção social do espaço urbano*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo.
- GUNN, Philip (1995). "As querelas do urbanismo nos anos vinte e trinta". In ANPUR. *Anais do VI Encontro Nacional*. Brasília. ANPUR.
- HABERMAS, Jürgen (1990). *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa. Publicações Dom Quixote Ltda.
- HARVEY, David (1993). *Condição pós-moderna*. São Paulo. Edições Loyola.
- IANNI, Octavio (1975). *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- JAGUARIBE, Hélio (1969). *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- KOOP, Anatole (1990). *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo. Nobel/Editora da Universidade de São Paulo.
- LAFER, Celso (1975). *O sistema político brasileiro*. São Paulo. Perspectiva.
- LAMPARELLI, Celso M. (1994). "Louis-Joseph Lebreton e a pesquisa urbano-regional no Brasil: crônicas tardias ou história prematura". In *Espaço & Debates*. São Paulo. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos. ano XIV, n.º 37.
- (1994a). "O ideário do urbanismo em São Paulo em meados do século XX. O Pe. Lebreton: continuidades, rupturas e sobreposições". São Carlos. Conferência proferida no 3º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo.
- LEBRET, Louis Joseph (1974). *Estudo sobre desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste*. Recife. 2ª ed. rev. CONDEPE.
- LEFEBVRE, Henri (1974). *La production de l'espace*. Paris. Éditions Anthropos.
- LE GOFF, Jacques (1993). *A história nova*. 2ª ed. São Paulo. Martins Fontes.
- LOJKINE, Jean (1981). *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo. Martins Fontes.

- MARX, Karl (1986). *O 18 brumário e cartas a Kugelman*. 4ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- (1979). *A ideologia alemã*. 2ª ed. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas Ltda.
- MELO, Marcus André B. Campelo de (1987). *The State, the housing question and policy formation in Brasil, 1937-1975*. Sussex. Graduate School in Arts and Social Studies/University of Sussex.
- (1993). "A ideologia municipalista e a modernização do Estado no Brasil - 1920/1960". Recife. MDU/UFPE. (texto mimeo)
- MELO, Mário Lacerda de (1978). *Metropolização e sub-desenvolvimento: o caso do Recife*. Recife. Universidade Federal de PE/Dep. de Ciências Geográficas.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro (1982). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro. Zahar Editores.
- PANDOLFI, Dulce Chaves (1984). *Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política*. Recife. Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangana.
- PECHMAN, Robert M. (1994). *Olhares sobre a cidade*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ.
- PONTUAL, Virgínia (1998). *O Saber Urbanístico no Governo da Cidade: uma narrativa do Recife das Décadas de 1930 a 1950*. São Paulo. FAU/USP. Tese de doutorado.
- (1994). "O último capítulo de uma comédia: a aprovação do plano diretor do Recife". In Ribeiro, Luiz Cesar. de Q. e Santos Júnior, Orlando A. dos (orgs.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana : o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira
- (1996). "Ordem e Progresso: o pensamento urbanístico no Recife dos anos 30". In ANPUR. *Anais do VI Encontro Nacional*. Brasília. ANPUR.
- (1997). "A utopia de um novo tempo: reformas sociais e planejamento". In ANPUR. *Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Rio de Janeiro. ANPUR/UFRJ/FAU/PROPUR.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de (1976). *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo. Alfa-Omega.
- RIOS, Gilvando Sá Leitão (1995). *Linhas apagadas: do coletivo como arcaico ao individual como moderno (a extinção dos bondes na década de 40)*. João Pessoa. Editora Universitária/UFPB.
- REZENDE, Antônio Paulo (1997). *Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de 20*. Recife. FUNDARPE.

- ROUANET, Sérgio P. (1992). *As razões do iluminismo*. São Paulo. Companhia de Letras.
- SENEILLART, Michel. "A crítica da razão governamental em Michel Foucault". In *Tempo Social*. São Paulo, vol. 7, n.º 1-2.
- SILVEIRA, Pelópidas (1954). "Definição de zonas industriais e urbanismo". In BALTAR, A., SILVEIRA, P., SOUZA, B. *Teses e Conferências sobre Problemas de Urbanismo e Área Metropolitana*. Recife. CODEPE (série localização industrial e urbanismo).
- SKIDMORE, Thomas (1985). *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco - 1930/1964*. 8ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- SOARES, José Arlindo (1982). *A Frente do Recife e o governo de Arraes: nacionalismo em crise – 1955/1964*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- VEYNE, Paul (1995). *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 3ª ed. Brasília. Editora Universidade de Brasília.
- WEBER, Max (1992). *Economia y sociedad*. México. Fondo de Cultura Económica.
- WEFFORT, Francisco C. (1977). "O populismo na política brasileira". In FURTADO, Celso (coord.). *Brasil: tempos modernos*. 2ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

